

## Léo Pinheiro pede suspensão da multa de R\$ 45 mi da Lava Jato

Defesa cita decisões recentes de Toffoli que beneficiaram Odebrecht e J&F

Thaís Oliveira e  
Marcelo Rocha

**BRASIL** O ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro pediu ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli a suspensão da multa de R\$ 45 milhões do acordo de delação premiada assinado no âmbito da Operação Lava Jato, além da revisão de sua prisão domiciliar. Responsável por um dos depoimentos chave para a condenação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso do triplex, Pinheiro diz que sua situação é "idêntica à da holding J&F, que teve a multa no valor de R\$ 12,3 bilhões suspensa por Toffoli em dezembro".

Outros dois alvos da Lava Jato, o corretor financeiro e delator Lúcio Bolsonaro Fumero e o lobbista João Augusto Bezerra de Menezes, apontado pelo MPF (Ministério Público Federal) como operador do MDB na Petrobras, enviaram a Toffoli nesta sexta-feira (2) pedidos relacionados ao caso, embora com objetivos distintos.

Ligado a líderes do MDB, como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, Fumero firmou acordo de delação com a Procuradoria em 2017, pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 45 milhões em multa e ressarcir



Léo Pinheiro, durante depoimento à CPI da Petrobras, em 2015. *Divulgação*

mento aos cofres públicos.

Na quarta (31), Toffoli suspendeu o pagamento de multas decorrentes do acordo de leniência firmado entre a Novonor (antiga Odebrecht) e o MPF — estimadas em R\$ 6,8

bilhões ao longo de 10 anos.

A defesa de Léo Pinheiro pede a suspensão do pagamento da multa de R\$ 45 milhões até que consiga avaliar as mensagens de integrantes da Operação Lava Jato apreendidas na

Operação Spoofing — episódio que ficou conhecido como "Vaza Jato".

Os advogados afirmam que, a partir disso, poderão "avaliar a possibilidade de revisão, repectuação ou revalidação"

do acordo de colaboração celebrado pelo empresário com o MPF (Ministério Público Federal) em 2018.

Se faz de forma isonômica e necessária a suspensão de todas as obrigações advindas do acordo de colaboração premiada pactuado entre Léo Pinheiro e o Ministério Público Federal, sejam pessoais ou pecuniárias, enquanto a defesa analisa os mais de 260 gigabytes do material coletado pela Operação Spoofing", diz trecho da petição.

No pedido, que está sob sigilo, os advogados dizem que Pinheiro está "preso há anos sem qualquer perspectiva e num espiral de imbrólios jurídicos", em meio a "uma avalanche de mensagens trocadas" entre procuradores e juizes da Lava Jato.

A vida do ora petionário, colaborador preso, talvez o único personagem desta operação que ainda esteja com a sua liberdade celular, foi colocada de bandeja ao bel prazer destas autoridades que trazem nestas mensagens a ausência de qualquer garantia e respeito a direitos fundamentais", afirma a defesa.

O pedido foi feito no âmbito da ação em que Toffoli decidiu que as provas oriundas dos acordos de leniência da Odebrecht e dos sistemas de comunicação interna e de pagamentos de vantagens indevidas são impenhoráveis em qualquer âmbito ou grau de jurisdição.

Demonstrada a realidade de Léo Pinheiro na reprovável conjuntura processual instalada pelas autoridades envolvidas na Operação Lava Jato e seus desdobramentos como Operação Greifeld, a hipótese é de extensão dos efeitos da decisão profe-

rada no dia 06 de setembro de 2023 para o fim de garantir ao petionário o acesso à integral do material apreendido pela Operação Spoofing", diz trecho do pedido.

O acordo de Pinheiro com o MPF, homologado pelo STF em 2019, prevê pena de 10 anos de prisão e multa de R\$ 45 milhões. Ele deteve a cadeia em setembro de 2019, depois de três anos detido, e está em prisão domiciliar desde então.

A defesa de Lúcio Fumero pediu a Toffoli acesso à integral da ação penal que tramita na Justiça Federal em Brasília relativa à Operação Spoofing.

Faltou anuência nesse processo as mensagens trocadas entre integrantes da força-tarefa da Lava Jato e que motivaram uma série de decisões da corte no sentido de anular atos da operação.

Advogados do corretor financeiro afirmaram ao ministro que o pedido foi feito "a fim de, eventualmente, subsidiar sua defesa em processos penais ou em investigações", estratégia adotada por outros investigados e que precederam pedidos para anular atos da Lava Jato.

João Henrique, por sua vez, requereu a Toffoli "o reconhecimento e declaração de nulidade de todos os atos praticados pelos Magistrados, membros do Ministério Público Federal, autoridades policiais, autoridades de Reciclação Federal, autoridades de Tribunais de Contas, e todas as demais que estejam ligadas à força-tarefa da Lava Jato".

Os representantes de Henrique, condenado em dois casos de corrupção na Petrobras, citaram cinco ações penais no pedido enviado ao STF, além de desdobramentos nas áreas civil e fiscal.

**O melhor plano de saúde do Brasil com o menor preço do país**

**Só a Geap baixou a tabela em 2024!**

**GEAP saúde**  
O plano do servidor público

(61) 9 9988.1145 | 0800 728 8300 | geap.org.br